Recital
Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

VOCÊ LÊ DICIONÁRIOS?

Do you read dictionaries?

Estefânia Cristina da Costa MENDES
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, IFNMG
estefaniaccosta@hotmail.com

Resumo

Este artigo toma por objeto de estudo os dicionários, concebendo-os como discursos e como fontes de produção de sentido, e não apenas como meros objetos de consulta. Destaca, também, a importância do uso dos dicionários nas escolas, mostrando que a busca por palavras "desconhecidas" exige reflexão sobre a língua. Por meio da análise qualitativa de alguns exemplos, especialmente de um anúncio publicitário, ratificou-se o fato de que a produção de sentido não é unilateral, mas é uma atividade colaborativa que envolve a interação do autor, do texto e do leitor, considerando-se, ainda, o contexto sociocultural no qual eles estão inseridos.

Palavras-chave: Dicionário. Produção de sentido. Discurso.

Abstract

This article aims to study dictionaries, conceiving them as discourses and as sources of production of meaning, and not just as mere objects of consultation. The importance of using dictionaries in schools is also highlighted, showing that the search for "unknown" words requires reflection on the language. Through the qualitative analysis of some examples, especially an advertisement, ratified the fact that the production of meaning is not unilateral, but it is a collaborative activity that involves the interaction of the author, the text and the reader, considering also the socio-cultural context in which they are inserted.

Keywords: Dictionary. Production of meaning. Discourse.

INTRODUÇÃO

A questão que intitula este artigo, “Você lê dicionários?”, poderia ter como resposta imediata um “não”. Muitos acreditam que apenas se “consulta” o dicionário. Mas antes de prosseguir, outra pergunta se torna necessária: o que é ler?

Ao longo dos séculos, a palavra “leitura” foi ganhando sentidos variados. Desta forma, antes de se falar em leitura, é preciso definir em que sentido está sendo tratada, já que essa é uma palavra polissêmica. De acordo com Orlandi (2008, p. 7), a leitura pode ser entendida como “atribuição de sentidos”, como “concepção”, porque pode refletir ideologias como leituras de mundo, como “construção de aparato teórico” ou ainda, em sentido mais estrito, como “alfabetização”.

Toma-se como base, neste trabalho, a leitura como produção de sentidos. Conforme Orlandi (2008, p. 47-48), “[...] a leitura é o momento crítico da constituição do texto, pois é o momento privilegiado do processo de interação verbal: aquele em que os interlocutores, ao se identificarem como interlocutores, desencadeiam o processo de significação”.

Leem-se romances, anúncios, bulas, grafites, placas de trânsito entre outros sistemas semióticos diariamente e é nesse contato, entre o eu-leitor, munido de suas experiências socioculturais, e o material verbal a ser lido, com as marcas do seu autor, que o sentido é produzido.

Existe certo senso comum que concebe o dicionário como portador de significações fixas e, portanto, sem historicidade; e o dicionarista como grande especialista e autoridade inquestionável.

Pensando do ponto de vista da Análise do Discurso de perspectiva francesa, a partir dos conceitos-chave de sujeito, discurso e ideologia, questiona-se esse senso comum, de que por meio dos dicionários extraem-se sentidos prontos. Acredita-se que os dicionários não devem ser pensados unicamente como fontes cristalizadas, mas, antes de tudo, devem ser concebidos como fonte de produção de sentido.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente, faz-se um sucinto percurso histórico acerca dos dicionários brasileiros. Em seguida, aborda-se o dicionário como discurso, considerando, inclusive por meio de exemplo, a produção de sentido promovida na relação texto, sujeito leitor e sujeito lexicográfico. Por fim, fazem-se breves considerações acerca do uso dos dicionários no ambiente escolar e tecem-se algumas considerações finais.

1 UMA BREVE HISTÓRIA SOBRE OS DICIONÁRIOS BRASILEIROS

No Brasil, o saber lexicográfico se iniciou com os primeiros escritos sobre o país. Havia comentários sobre as significações de palavras indígenas e listas de palavras português-tupi e tupi-português. Esse material propiciou, aos missionários jesuítas dos séculos XVI ao XVIII, a elaboração dos primeiros dicionários brasileiros, que eram bilíngues. Essa produção objetivava

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 2, n. 2, mai/ago. 2020.
ISSN: 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

não somente o conhecimento da língua dos indígenas, mas também serviam como ferramenta para a catequese, o que justifica o discurso religioso neles presente.

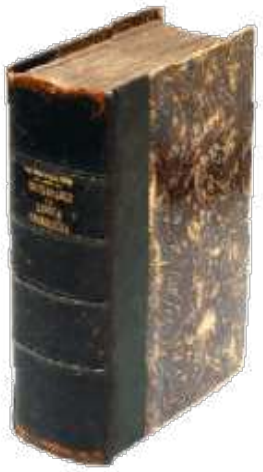
Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, e com as reformas Pombalinas, que introduziram as concepções iluministas em Portugal e no Brasil, o discurso religioso cedeu espaço para os discursos científico, legislativo e político.

Nesse contexto, surgiu o "Dicionário da Língua Portuguesa"[1], considerado pelos especialistas uma obra fundadora da lexicografia de língua portuguesa. Produzido pelo brasileiro Antonio de Moraes Silva, serviu de base para a confecção de outros dicionários em Portugal e no Brasil. Nessa obra, iniciou-se a inserção de palavras tipicamente brasileiras, embora fosse ainda distante da realidade da época, pois não retratava o que de fato era comumente usado. Firmou-se como importante referência no século XIX e até no XX.

Moraes Silva (1789) tomou por base o "Vocabulário Português e Latino"[2], de Raphael Bluteau, e resumiu os oito volumes daquele a apenas dois, mantendo a orientação de seu antecessor de exaltar os grandes autores de língua portuguesa. A obra teve oito reedições no século XIX.

Ainda no século XIX, em 1832, surgiu aquela que teria sido a primeira obra escrita, editada e impressa no Brasil, mais especificamente na cidade de Ouro Preto – MG, o "Diccionario da Lingua Brasileira" (DLB), de Luiz Maria da Silva Pinto. Apesar da sua grande importância histórica, esse dicionário ficou praticamente desconhecido dos pesquisadores até fins do século XX.

Figura 1 – Diccionario da Lingua Brasileira



Fonte: Brasiliana USP[3]

[1] MORAES SILVA, Antonio de. **Diccionario da Lingua Portugueza**. Lisboa: Typographia Lacérdina, 1789.

[2] BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. v. 1 a 8.

[3] Disponível em: http://www.brasiliana.usp.br/node/392. Acesso em 20 fev. 2

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 2, n. 2, mai/ago. 2020.
ISSN: 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

O DLB é um dicionário portátil criado com a proposta de facilitar o manuseio e de garantir um preço mais acessível. Muitos estudiosos acreditam que o DLB seja uma simplificação da obra de Moraes Silva. De fato, enquanto este apresentou séries de entradas pertencentes a uma mesma família de palavras e ofereceu ao leitor as variadas acepções de um mesmo vocábulo, Silva Pinto (1832), em geral, expôs apenas uma ou duas acepções e suprimiu exemplos e abonações. Entretanto, essa espécie de resumo não mascara a importância histórica do DLB.

Mesmo com essas importantes contribuições do século XIX para a história da lexicografia brasileira, é somente no século XX que surgem os primeiros grandes dicionários monolíngues brasileiros de língua portuguesa, que procuravam se caracterizar não como dicionários parciais, que complementariam os dicionários portugueses, mas, sim, como obras que produzissem uma imagem de completude da língua falada no Brasil.

Muitos sabem, no entanto, que essa completude do dicionário é uma ilusão. Nunes (2006, p. 20) expõe que "um dicionário [...] nunca é completo e nem reflete diretamente a realidade, pois ele corresponde a uma projeção imaginária do real: de um público leitor, de uma concepção de língua e de sociedade". Biderman (2001) também ratifica essa questão. Para ela, esse ideal de descrever e documentar o léxico de uma língua é inatingível, uma vez que

> o léxico cresce em progressão geométrica, hoje, sobretudo, em virtude da grande aceleração das mudanças socioculturais e tecnológicas. A rigor, nenhum dicionário, por mais volumoso que seja, dará conta integral do léxico de uma língua de civilização (BIDERMAN, 2001, p. 132-133).

Do ponto de vista discursivo, as lacunas não são erros ou defeitos do dicionário, mas são constituintes desses. Necessariamente, todo discurso silencia outros, é o que Orlandi (1992) chama de "silêncio constitutivo". A falta de palavras no dicionário ou mesmo na fala cotidiana é prova da incompletude da linguagem, entendendo por essa incompletude o fato de que o que caracteriza qualquer discurso é a multiplicidade de sentidos possíveis. Sendo assim, considerar as condições de produção de leitura é trabalhar com essa espécie de indeterminação: a incompletude do texto.

Hoje, conta-se com uma variedade de dicionários. Há dicionários de temas específicos, de gírias, de expressões idiomáticas, de sinônimos, de antônimos, de regionalismos entre outros. Vê-se, no entanto, que pouco mudou em relação aos objetivos dessas obras, que, na maioria das vezes, são vistas como fonte de instrumentalização de uma população que necessita consultar, principalmente, o léxico da língua em casos de dúvida sobre a significação, sobre a escrita e/ou sobre a pronúncia.

Embora a utilização de dicionários, infelizmente, nem sempre seja uma prática cotidiana nas aulas de Língua Portuguesa e, às vezes, também, nas de outras disciplinas, observa-se que, na prática, mesmo quando usados, o funcionamento desses instrumentos linguísticos fica muito aquém do que eles podem proporcionar. Falta enxergar o dicionário como discurso.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 2, n. 2, mai/ago. 2020.
ISSN: 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

2 DICIONÁRIO COMO DISCURSO E A PRODUÇÃO DE SENTIDO

Ao tomar o dicionário como discurso, é possível ver "como se projeta nele uma representação concreta da língua, em que se encontram indícios do modo como sujeitos – como seres histórico-sociais, afetados pelo simbólico e pelo político sob o modo do funcionamento da ideologia – produzem linguagem" (ORLANDI, 2002, p. 105).

Sob esta perspectiva, o dicionário não é algo acabado, pronto. É sim algo produzido por práticas reais em determinadas conjunturas sociais, sob certas condições de produção. Também, as palavras não são tomadas como algo abstrato, sem relação com os sujeitos e as circunstâncias em que eles se encontram, mas sim como resultantes das relações sociais e históricas. Segundo Nunes (2006), "como todo discurso, o dicionário tem uma história, ele constrói e atualiza uma memória, reproduz e desloca sentidos, inscrevendo-se no horizonte dos dizeres historicamente constituídos" (NUNES, 2006, p. 18).

Nunes (2010) aponta que fazem parte das condições de produção do discurso os sujeitos e a situação em que eles se inserem. Assim, para ele, "estudar o dicionário da perspectiva discursiva é considerar o que podemos chamar de 'sujeito lexicógrafo'. Este estabelece uma relação muito específica com as palavras, ou seja, de modo geral, a de selecioná-las e produzir um discurso sobre elas" (NUNES, 2010, p. 7).

2.1 SUJEITO LEXICOGRÁFICO

Voltando a citar aquele que teria sido o primeiro dicionário escrito, editado e publicado no Brasil, o DLB (1832), pode-se perceber, por meio de uma breve leitura de seu prefácio, o autor Silva Pinto como um sujeito lexicográfico que procurou, mais do que descrever o léxico brasileiro dos primeiros anos dos oitocentos, prescrevê-lo, conduta bastante comum nessa época.

Publicado dez anos depois da Independência do Brasil, o DLB, nesse contexto, constitui-se como um instrumento de divulgação da nova nação e da posição política de seu editor diante dos acontecimentos históricos. Como homem respeitado na sociedade local, em um período em que o Brasil acabava de ser tornar independente de Portugal, Silva Pinto se preocupava com os rumos que a língua portuguesa poderia tomar e, como editor, colocou-se como "protetor" do português lusitano, "bem falado" em terras brasileiras.

Essa postura pode ser exemplificada por meio do vocábulo "barbarismo", definido como "vicio contra as regras e pureza da linguagem, pronunciando, e usando de palavras estrangeiras" (SILVA PINTO, 1832, p. 141)[4]. Percebem-se valores e expectativas do autor quanto ao que ele considera ser o bom uso da língua. A postura conservadora de Silva Pinto é mostrada no uso da

[4] Optou-se pela descrição fidedigna das acepções do dicionário, preservando, inclusive, o estado de língua da época.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 2, n. 2, mai/ago. 2020.
ISSN: 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

palavra “pureza”, revelando que a língua poderia ser “contaminada” caso palavras estrangeiras fossem usadas.

Conforme Silva Pinto (1832, p. 2), o DLB descreve o “nosso Idioma”, a “Lingua Brasileira”. Em uma época de crescente nacionalismo, o autor arriscou mudar o nome da língua de portuguesa para brasileira. Frieiro (1955) ressalta que

> embora se intitulasse Dicionário da língua brasileira, nada tinha que ver com a fala dos aborígenes nem com as particularidades da língua corrente no Brasil. Era um pequeno léxico da língua portuguesa, com alguns escassos brasileirismos, colhidos provavelmente em Moraes Silva (FRIEIRO, 1955, p. 393).

Ainda, em relação ao título do dicionário, Frieiro (1955) expõe:

> [...] achando-se os brasileiros ainda na lua de mel da independência nacional, o espírito nativista, então muito alvoroçado, não se contentava unicamente com a autonomia política: almejava romper todos os laços que ainda nos atavam à repudiada Metrópole, inclusive o liame infrangível da língua materna. Como não era possível fabricar uma, com peças totalmente novas, chamava-se brasileira à língua que, sem deixar de ser a portuguesa, é de qualquer forma também a nossa (FRIEIRO, 1955, p. 393).

Para Silva Pinto (1832, p. 2), a elaboração da obra constituiu-se em um “esforço patriótico”. Ele se mostra como “editor no Ouro Preto” e pede ao público que envie notas sobre os vocábulos omissos e sobre as expressões inexatas.

Segundo Nunes (2006, p. 25), “a elaboração de um dicionário consiste em um trabalho sobre o já-dito, um trabalho de seleção, reformulação, retomada, ruptura”. Desta forma, mesmo os dicionários estão influenciados por dizeres preconcebidos na sua elaboração, necessitando, por isso, de serem lidos e questionados. As definições, do ponto de vista discursivo, não são neutras e podem não coincidir com a posição que ocupa o leitor.

A definição da palavra “atheismo”, dada por Silva Pinto, no DLB, ilustra bem a não-neutralidade na definição. Percebe-se a formação cristã do dicionarista quando este adjetiva este vocábulo de “seita absurda”: “Atheismo s.m. Seita absurda dos que negão a existencia de Deos” (SILVA PINTO, 1832, p. 120).

Além do sujeito lexicográfico, o leitor e o contexto no qual eles se inserem também fazem parte das condições de produção do discurso.

2.2 SUJEITO LEITOR

Em relação ao leitor, do ponto de vista discursivo, pode-se dizer que ele estabelece certa relação com as palavras, já que as seleciona e lhes atribui sentidos no uso. Essa operação, pré-consciente ou inconsciente, estará sempre influenciada pela ideologia desse sujeito. Sendo assim, de certo modo, todo sujeito produz seu próprio dicionário ao formular um discurso.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 2, n. 2, mai/ago. 2020.
ISSN: 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

A seguir, um exemplo disso por meio do anúncio publicitário da *Duloren*:

Figura 2 – Anúncio publicitário *Duloren*



Fonte: Exame.com[5]

A Duloren é uma famosa grife de moda íntima feminina brasileira. Em 2010, em uma de suas campanhas, fez menção às eleições que ocorreriam naquele ano. A peça, assinada por Agnelo Pacheco Rio, foi vinculada em várias mídias e pontos de venda. Na imagem, a modelo vestindo *lingeries* da nova coleção da Duloren, ao lado de uma urna eletrônica, reivindica seus direitos: "Senhores candidatos, o brasileiro precisa mesmo é de uma boa renda".

Caso o leitor não soubesse o significado da palavra "renda", ele teria de recorrer ao dicionário. Se consultasse o DLB, acharia a seguinte definição: "s.f. Tecido delicado, com lavores, para guarnições de vestidos, etc. feito de linho. O que alguém recebe pelas suas herdades officios, etc. ou pelo arrendamento delas" (SILVA PINTO, 1832, p.921). Nota-se que as definições não diferem daquelas que são conhecidas hoje. O Mini Houaiss (2008, p. 645), por exemplo, traz a seguinte definição: "[1]renda s.f. quantia obtida de aluguel, de aplicação de capital, de pensão etc.; rendimento [...]. [2]renda s.f. tecido transparente, formando desenhos variados, aplicado como enfeite de vestidos, colchas, toalhas etc. [...].

Oferecendo as duas definições, o dicionário não resolverá imediatamente o problema do leitor. Esse terá de fazer associações, inferências e optar por um dos sentidos. Portanto, não basta apenas ler a definição, ele terá de refletir, de produzir sentidos por meio delas, relacionando-as com as demais informações presentes no anúncio, para, enfim, compreender que, nesse caso,

[5] Disponível em: https://bit.ly/2YZc8ro . Acesso em: 21 março 2013.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 2, n. 2, mai/ago. 2020.
ISSN: 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

ambos os sentidos são possíveis: os brasileiros precisam de um bom salário, uma boa quantia em dinheiro, e os brasileiros, sobretudo o público feminino, precisam de uma *lingerie* com tecido de boa qualidade. É intencional, portanto, o uso da palavra polissêmica "renda" pela Duloren.

Sobre a produção de sentido, Marcuschi (2008) esclarece que

> o sentido não está no leitor, nem no texto, nem no autor, mas se dá como um efeito das relações entre eles e das atividades desenvolvidas. Nesse caso, ele apresenta um alto grau de instabilidade e indeterminação por ser um sistema complexo e com muitas relações que se completam na atividade enunciativa (MARCUSCHI, 2008, p. 242).

Analisar um dicionário requer o conhecimento de suas condições de produção, porque compreende os sujeitos, situados na história. Além disso, os fatores extralinguísticos também devem ser considerados. A formação do objeto discursivo se dá na articulação do linguístico com o histórico.

Embora seja marcado, no senso comum, pelo lugar da certeza, fonte na qual as dúvidas podem ser sanadas, o dicionário deve ser reconhecido como um instrumento em funcionamento passível de transformações, deslocamentos, e até falhas na produção dos sentidos. Os sentidos podem mudar com o passar do tempo, provocando diferentes reações nos sujeitos.

Um exemplo de mudança de sentido pode ser observado por meio do vocábulo "homenzarrão". Silva Pinto (1832, p. 648) definiu esse vocábulo como "s.m. –ões no plur. (T. baixo.) homem corpulento". Pode-se verificar no "Mini Houaiss" (2008, p. 397) "s.m. homem grande". No Mini Aurélio (2001, p. 367), "sm. Homem muito alto e forte" e no Aulete digital "sm. Homem corpulento e de grande estatura".

Essa palavra, nos dias atuais, não causa nenhum constrangimento aos falantes da língua, mas no século XIX, certamente poderia causar, uma vez que era considerado termo baixo, podendo soar como rude, ofensivo, impróprio; hoje, no entanto, refere-se a um homem grande, alto. Vale destacar que "homenzarrão" é pouco usado nas práticas linguageiras atuais, normalmente sendo substituído pelas expressões "homem grande" ou "homem alto" ou ainda pelo termo coloquial "homão", o qual se refere, também, a homens bonitos. Isso se deve ao fato de que o sujeito faz uso de palavras e expressões que já fazem parte de uma memória coletiva para que seus interlocutores o entendam. Quando o sentido não é compartilhado pelo grupo, os mal-entendidos, os estranhamentos, os não-entendimentos aparecem. Sobre a compreensão, Marcuschi (2008) postula:

> a interpretação dos enunciados é sempre fruto de um trabalho e não uma simples extração de informações objetivas. Como o trabalho é conjunto e não unilateral, pois compreender é uma atividade colaborativa que se dá na interação entre autor-texto-leitor ou falante-texto-ouvinte, podem ocorrer desencontros. A compreensão é também um exercício de convivência sociocultural (MARCUSCHI, 2008, p. 231).

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 2, n. 2, mai/ago. 2020.
ISSN: 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

O dicionário pode ser tomado como "espaço imaginário de certitude, sustentado pela acumulação e pela repetição", no qual é possível "observar os modos de dizer de uma sociedade e os discursos em circulação em certas conjunturas históricas" (NUNES, 2006, p. 11). Mas é necessário salientar que os discursos produzem sentidos e que esses estão sempre em movimento, seja dentro ou fora dos dicionários.

3 O USO DE DICIONÁRIOS NA ESCOLA

Viu-se que os dicionários são objetos discursivos relacionados com a história e com a sociedade. Nesse sentido, é possível questionar se isso é considerado no cotidiano escolar.

Krieger (2007) aponta que "o ambiente escolar tende a reproduzir a prática social de consulta, limitando-se a utilizar a obra lexicográfica para a obtenção de respostas pontuais" (KRIEGER, 2007, p. 298). No entanto, em busca do multiletramento[6] do aluno, deve-se desconstruir a imagem do dicionário como lugar de interdito da dúvida, tornando-o mais do que um simples objeto de consulta. Ele deve ser mostrado como objeto de leitura, entendida como atribuição de sentidos. A busca de sinônimos e definições para as palavras "desconhecidas", por exemplo, exige uma reflexão sobre a língua. O consulente precisa decidir, a partir do contexto no qual a palavra que busca se encontra, qual é o melhor significado para ela.

A leitura do dicionário e os sentidos que por meio dela podem ser produzidos dependem da relação autor-leitor-texto-contexto. Não há uma leitura única do dicionário, assim como não há sentidos das palavras fixados eternamente. Como os sentidos podem sempre ser outros, as leituras também podem ser variadas. É importante esclarecer ao aluno esse caráter seletivo da leitura, mostrando-o que há relação entre o que é dito no dicionário e a língua em funcionamento, e que os efeitos de sentido que se constroem dependem também das ideologias de cada um.

O fato de o dicionário ser visto, muitas vezes, como mera fonte de consulta pode ser agravado, segundo Krieger (2007), pela ausência ou pouco conhecimento do professor sobre as potencialidades do dicionário, pela pouca ou falta de organização estrutural dessa obra lexicográfica, bem como pela escassa ou inexistente presença de exercícios nos livros didáticos que motivem seu uso e ressaltem seu potencial didático.

Diante desse cenário, tem-se falado em uma "Lexicografia Pedagógica" (LP), a qual procura compreender o importante papel didático que os dicionários podem desempenhar no ensino/aprendizagem das línguas (KRIEGER; MULLER, 2019). Os estudos sobre a LP foram alavancados com a implantação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), inaugurado em 1985, visando a avaliação, aquisição e posterior distribuição de livros didáticos aos alunos

[6] O termo "multiletramentos" surgiu, pela primeira vez, no Manifesto intitulado *"A pedagogy of multiliteracies: designing social futures*", de um grupo de pesquisadores denominado *The New London Group* (*NLG),* em 1996. Conforme Rojo (2012), o multiletramento engloba a multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de constituição dos textos por meio dos quais nos comunicamos.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 2, n. 2, mai/ago. 2020.
ISSN: 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

de escolas públicas. No entanto, foi apenas em 2001 que o programa passou a distribuir as obras lexicográficas (KRIEGER, 2006).

Assim, vê-se que foi tardio o reconhecimento da finalidade prática do dicionário no ensino de línguas; porém, isso não pode ser desculpa para que essa ferramenta seja cada vez mais explorada no contexto escolar, contribuindo para que os alunos deixem de ser meros decodificadores para se tornarem sujeitos que tomam posições, sujeitos interlocutores e não apenas destinatários, porque constituem sentidos na língua e, com isso, constroem a história dessa língua e sua própria história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou demonstrar a importância dos dicionários como fontes de produção de sentido e não apenas como meros materiais de consulta, por meio dos quais os sentidos estariam prontos, estabilizados. Discorreu-se brevemente sobre a história dos dicionários brasileiros, enfocando o DLB, que é de grande importância histórica para o Brasil, especialmente para a cidade de Ouro Preto, por ter sido a primeira obra lexicográfica a ser escrita, editada e publicada em nossa terra.

Em seguida, abordou-se a relação do dicionário com a produção de sentido, considerando tanto o sujeito lexicográfico quanto o sujeito leitor que, inseridos em determinado contexto sociocultural, garantem as condições de produção do discurso. Para isso, utilizou-se um anúncio publicitário que explora a palavra polissêmica “renda” como principal fonte de análise.

Por último, levou-se toda essa discussão para o contexto escolar, procurando mostrar que, mais do que um objeto para sanar dúvidas, a leitura do dicionário exige uma reflexão sobre a língua. O dicionário deve ser encarado como objeto discursivo que põe em relação língua, sujeito e história.

Por meio da análise qualitativa de alguns exemplos, especialmente de um anúncio publicitário, ratificou-se o fato de que a produção de sentido não é unilateral, mas é uma atividade colaborativa que envolve a interação do autor, do texto e do leitor, considerando-se, ainda, o contexto sociocultural no qual eles estão inseridos. E comunga-se com Nunes (2006) o fato de que o dicionário já não pode ser visto como um instrumento linguístico detentor do saber, da certeza, sem espaço para dúvidas. Eles têm uma história, constroem e atualizam uma memória, reproduzem e deslocam sentidos. Sendo assim, há lugar para falhas e equívocos, para diferentes interpretações e sentidos variados; e o leitor, com todo seu conhecimento de mundo, sem dúvidas, é peça-chave nessa construção.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 2, n. 2, mai/ago. 2020.
ISSN: 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

REFERÊNCIAS

AULETE digital. **Homenzarrão**. Disponível em: https://bit.ly/33nEZYq. Acesso em: 03 agost. 2020.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires; ISQUERDO, Aparecida Negri (orgs). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque. de Holanda. **Mini Aurélio século XXI Escolar**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FRIEIRO, Eduardo. Um velho dicionário impresso em Minas. In: _____. **Páginas de crítica e outros escritos**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1955. p. 390-397.

HOUAISS, Antônio. **Mini Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de janeiro: Objetiva, 2008.

KRIEGER, Maria da Graça. Políticas públicas e dicionários para a escola: Programa Nacional do Livro didático e seu impacto sobre a lexicografia didática. In: **Cadernos de Tradução**, v. 2, n. 18, 2006. Disponível em: https://bit.ly/33kWWXs. Acesso em: 22 março 2020.

KRIEGER, Maria da Graça. O dicionário de língua como potencial instrumento didático. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria (Org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia, VIII. Campo Grande: UFMS, 2007. p. 295-309.

KRIEGER, Maria da Graça.; MULLER, Alexandra. Lexicografia pedagógica: uma proposição prática exemplificada. In: **Domínios de Lingu@gem.** Uberlândia: UFU, 2019. v. 12, n. 4, p. 1950-1972.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

NUNES, José Horta. **Dicionários no Brasil**: análise e história do século XVI ao XIX. São José do Rio Preto, SP: Faperp, 2006.

NUNES, José Horta. Dicionários: história, leitura e produção. In: ENCONTRO DE LETRAS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA, 8., 2010, Brasília. Disponível em: https://bit.ly/2WSSNVN. Acesso em: 12 março 2013.

ORLANDI, Eni. P. **As formas do silêncio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

ORLANDI, Eni. P. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, Eni. P. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 2008.

ROJO, Roxane H. R. Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola. In: ROJO, Roxane Helena Rodrigues; MOURA, Eduardo (org.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. p. 11-32.

SILVA PINTO, Luiz Maria da. **Diccionario da Lingua Brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

THE NEW LONDON GROUP. A pedagogy of multiliteracies: designing social futures. **Harvard Educational Review**, Spring, v. 66, n. 1, p. 60-92, 1996.

Recebido em: *12 de maio 2020*

Aceito em: *23 de setembro 2020*